

Rejeitada a fórmula do Ministério da Educação por indexar salários

por Jurema Baesse
de Brasília

Só na próxima segunda-feira a equipe técnica do governo, que está trabalhando nos ajustes do plano de estabilização econômica, irá definir as novas mensalidades escolares em todo o País. A tendência a ser seguida, segundo o secretário geral adjunto da Secretaria do Planejamento (Seplan), Edson Nunes, é a adoção de uma regra geral que possa ser adaptada a cada estado, de modo que "haja uma redução, em números máximos, da ordem de 10 pontos percentuais no valor atual da mensalidade".

Na avaliação de Nunes, a definição de um aumento médio universal poderia prejudicar enormemente algumas escolas e favorecer outras. O maior problema para a definição do reajuste é o fato de as databases dos professores serem muito diferenciadas em todo o País. Por enquanto, até a definição da mensalidade, Nunes orienta as escolas e os alunos a efetua-

rem os pagamentos relativos a março tomando por base a conversão dos cruzeiros em cruzados, usando a tabela de conversão de desvalorização diária do cruzeiro.

A proposta do Ministério da Educação, que parecia oferecer um caminho a ser seguido, está praticamente descartada. Os técnicos da Seplan e da Fazenda perceberam um forte componente indexador das mensalidades das escolas aos salários dos professores. Segundo explicação de Nunes, essa proposta levava em conta os reajustes dos professores em cada região e relacionava o impacto dos mesmos sobre o custo das escolas. E o resultado era a definição de reajustes variados para todo o País. Enquanto algumas escolas poderiam reajustar as suas mensalidades em 88%, outras teriam de ficar abaixo de 50%.

"O governo não pretende autorizar que nenhuma fórmula permita a indexação entre reajuste de preços e salários", reiterou.